



PARA ALÉM DA PEDAGOGIA DO EVENTO: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO SOBRE A CONSCIÊNCIA NEGRA

Deiwith Hedlund¹
Érica da Silva Schons²
Leonardo da Silva Souza³
Monique de Moraes⁴
Andrea Rahmeier⁵

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de elaboração e aplicação de uma aula sobre a temática da Consciência Negra, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em uma turma do Ensino Médio noturno do Colégio Municipal Theóphilo Sauer. Com base na compreensão de que a escola pública brasileira está sujeita a desigualdades sociais e raciais, o trabalho aborda a importância de práticas pedagógicas que ultrapassem abordagens meramente comemorativas e promovam reflexões críticas acerca das relações étnico-raciais, segundo Coelho e Coelho. A metodologia adotada baseou-se na observação do contexto escolar, na construção coletiva da proposta e na utilização de estratégias dialógicas e participativas, favorecendo a escuta, a interação e o engajamento dos estudantes, como orienta Paulo Freire. Esta experiência está alinhada à teoria de Ausubel (2003), que visa compreender o aprendizado prévio do educando, integrando-os aos novos conhecimentos. Os resultados evidenciam uma mudança significativa na postura da turma durante a aplicação da aula, com maior participação, interesse e aprofundamento das discussões sobre racismo, estereótipos raciais e identidade. A experiência reforça o papel do PIBID na formação inicial docente, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática. Ademais, salienta-se, a relevância da interdisciplinaridade na construção de propostas pedagógicas críticas, contextualizadas e comprometidas com a promoção da educação antirracista e da justiça social.

Palavras-chave: Consciência Negra, Educação Antirracista, PIBID, Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a escola pública é formada a partir de um espaço marcado por diferenças sociais, desigualdades e disputas de narrativas e sentidos. Mesmo que o ambiente escolar seja apresentado como um ambiente neutro e igualitário, o cotidiano evidencia que nem todos os sujeitos partem das mesmas condições e oportunidades de acesso, permanência e participação no processo educativo. Dentro desse contexto, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação

¹ Acadêmico das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. dewith@sou.faccat.br

² Acadêmica das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. ericadasilvaschons@sou.faccat.br

³ Acadêmico das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. leonardosilvasouza@sou.faccat.br

⁴ Graduada em Matemática nas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. monique.moraes@sou.faccat.br

⁵ Doutora em História pela PUCRS e Professora e Supervisora das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. andrearahmeier@faccat.br



à Docência (PIBID) emerge como uma política pública que oportuniza a aproximação entre o ensino superior e a escola básica, tornando possível a compreensão concreta acerca dos desafios e das potencialidades dos licenciandos.

A elaboração de uma aula exige um processo reflexivo que vai além da organização de conteúdos, envolvendo escolhas pedagógicas, sensibilidade ao contexto escolar e compromisso com a formação crítica dos estudantes. Nesse sentido, o presente artigo busca contextualizar o percurso que se inicia na preparação e culmina na execução de uma aula voltada à temática da Consciência Negra, compreendida como um eixo fundamental para a promoção da educação antirracista e da valorização da diversidade étnico-racial. A proposta foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que proporciona aos licenciandos uma aproximação concreta com a realidade escolar e com os desafios da prática docente.

A atividade surgiu a partir de diálogos e orientações estabelecidos com a supervisora do Colégio Municipal Theóphilo Sauer. Considerando as especificidades do público atendido, especialmente das turmas do ensino noturno, estabeleceu-se ao grupo o desafio de contextualizar a importância da Consciência Negra para estudantes com diferentes trajetórias de vida, experiências de trabalho e vivências sociais, tornando imprescindível a construção de uma abordagem significativa e crítica. Desse modo, refletir sobre a data de 20 de novembro não se limitou a uma lembrança pontual, mas se configurou como um momento de problematização histórica, social e cultural, enfatizando a necessidade contínua de debate sobre o racismo e suas permanências na sociedade contemporânea.

A abordagem da temática da Consciência Negra no contexto escolar justifica-se pela necessidade permanente de promover reflexões críticas sobre as relações étnico-raciais e de enfrentar práticas e discursos racistas ainda presentes na sociedade brasileira. Apesar dos avanços legais, como a Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, observa-se que o tema ainda é frequentemente tratado de forma pontual ou descontextualizada. Diante disso, torna-se fundamental a elaboração de propostas pedagógicas que ultrapassem o caráter meramente comemorativo da data, especialmente no ensino noturno, cujos estudantes apresentam trajetórias de vida diversas e demandam abordagens sensíveis, críticas e contextualizadas.

Além disso, o caráter interdisciplinar do grupo, composto por licenciandos das áreas de Letras, Matemática e História, constituiu um elemento central para o desenvolvimento da



proposta. A articulação entre diferentes áreas do conhecimento possibilitou a construção de uma abordagem plural, integrando distintas linguagens, perspectivas e estratégias pedagógicas. Dessa forma, o trabalho também se propõe a evidenciar as contribuições da interdisciplinaridade e do PIBID para a formação inicial docente, demonstrando como experiências colaborativas favorecem práticas educativas mais críticas, reflexivas e comprometidas com a promoção da igualdade racial e da justiça social.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação antirracista na escola é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 representa um marco importante ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as etapas da Educação Básica. Essa legislação reconhece a relevância da população negra na formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil, contribuindo para o enfrentamento do racismo e para a valorização da diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

Ao incorporar os princípios da lei ao currículo, a escola amplia as possibilidades de aprendizagem e promove uma educação que respeita as diferenças. O trabalho pedagógico antirracista vai além de datas comemorativas, exigindo práticas contínuas que problematizem estereótipos, preconceitos e desigualdades raciais. Dessa forma, os estudantes passam a compreender o racismo como uma construção histórica e social, desenvolvendo uma postura crítica e consciente diante das discriminações presentes na sociedade.

Outrossim, a educação antirracista fortalece a identidade e a autoestima dos estudantes negros, ao mesmo tempo em que contribui para a formação ética de todos os alunos. A aplicação efetiva da legislação, exige o comprometimento da comunidade escolar, especialmente na formação de professores e na escolha de materiais didáticos que contemplem a pluralidade cultural brasileira. Assim, a escola cumpre seu papel social ao promover o respeito, a equidade e a valorização das diferentes histórias e saberes que compõem o país.

O enfrentamento do racismo e de suas consequências não acontece apenas com mudanças nas matrizes curriculares ou com a inclusão de novos conteúdos nos documentos oficiais. Embora essas ações sejam importantes, elas não garantem, por si só, uma educação



comprometida com a equidade racial. É necessário olhar com mais atenção para o cotidiano da escola, para as relações que se constroem nesse espaço e para a forma como crianças e adolescentes vivenciam o processo de ensino e aprendizagem. O racismo atravessa experiências, sentimentos e identidades, influenciando a maneira como os estudantes se reconhecem no mundo e se relacionam com a escola, como Coelho e Coelho apontam:

O enfrentamento do racismo e de seus desdobramentos não se faz, somente, com a reformulação das matrizes curriculares. A discussão sobre os processos de ensino e aprendizagem sobre abordagens didático-pedagógicas voltadas para abordagem de temas sensíveis – como o racismo – e sobre o modo como ele afeta crianças e adolescentes e sua relação com o mundo e a Escola, especialmente são fundamentais para que as demandas da sociedade civil sejam efetivadas. (COELHO e COELHO, 2021, p. 8).

Nesse sentido, trabalhar o racismo como um tema sensível exige sensibilidade, escuta e preparo por parte dos educadores. Falar sobre essas questões é reconhecer que elas impactam diretamente a vida dos estudantes e não podem ser ignoradas ou tratadas de forma superficial. Ao criar espaços de diálogo, acolhimento e reflexão, a escola contribui para que as demandas da sociedade civil sejam efetivamente atendidas e para que o ambiente escolar se torne mais justo, respeitoso e humano, promovendo relações baseadas na empatia e no reconhecimento das diferenças.

A forma como o conceito de negritude é trabalhado em sala de aula ainda reflete uma abordagem limitada e reducionista da história da população negra. Com frequência, a narrativa escolar associa a negritude quase exclusivamente ao período da escravidão, restringindo a história da África e dos africanos a um passado marcado pela submissão e pela violência. Essa perspectiva contribui para a construção de representações negativas, ao invisibilizar a diversidade cultural, política e social dos povos africanos e ao reforçar estereótipos que afetam a maneira como estudantes negros são percebidos e se percebem no ambiente escolar, como ressalta:

A forma como o negro é nomeado e definido no ambiente escolar pode ser compreendida pelo modo como sua história é contada. A história da África e dos africanos restringe-se ao período escravocrata. Falar sobre o negro no Brasil reduz-se a mencionar o colonialismo, o tráfico de pessoas e a escravidão, que foi finalizada supostamente sem resistência, luta e pressão política ou econômica em 1888. (OLIVEIRA, PEDROZA e PULINO, 2023, p. 4).



Ademais, ao tratar a abolição da escravidão como um processo pacífico e sem resistência, a escola acaba silenciando as lutas, as estratégias de sobrevivência e as formas de organização política protagonizadas pela população negra. Essa ausência de protagonismo histórico fragiliza o debate sobre negritude em sala de aula, impedindo a compreensão do negro como sujeito histórico ativo. Uma abordagem mais crítica e ampliada é fundamental para valorizar as experiências negras para além da escravidão, promovendo uma educação que reconheça a negritude como parte essencial da construção da sociedade brasileira.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho fundamentou-se na observação, na reflexão e na construção coletiva da atividade, orientada por uma perspectiva interdisciplinar. Inicialmente, foram observadas aproximadamente duas aulas da turma, com o objetivo de compreender sua dinâmica, o comportamento dos estudantes e a forma como se relacionavam com as aulas ministradas pelos demais professores. A partir dessas observações, identificou-se que a turma apresentava sinais de cansaço e desmotivação, especialmente por se tratar do final do ano letivo, o que exigiu do grupo a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas. Diante desse contexto, optou-se por desenvolver uma proposta metodológica que se afastasse do modelo tradicional de aula expositiva, buscando transformar o momento em um espaço de diálogo e escuta, no qual a aula se configurasse mais como uma conversa do que como uma exposição formal de conteúdos.

Para viabilizar essa proposta, os estudantes foram convidados a se organizar em círculo, juntamente com os pibidianos, favorecendo a interação, a aproximação e a observação das diferentes formas de participação. Também foram realizadas dinâmicas que possibilitaram a expressão sincera dos alunos, preservando o anonimato em alguns momentos específicos. Em uma dessas atividades, os estudantes eram orientados a fechar os olhos enquanto nós apresentamos afirmações relacionadas a raça, identidade e desigualdade, solicitando que levantassem a mão apenas aqueles que se identificassem com as situações mencionadas. Essa estratégia visou reduzir constrangimentos e inibições, criando um ambiente mais seguro para manifestação de opiniões e vivências pessoais.



O anonimato parcial permitiu que temas sensíveis fossem abordados com maior liberdade, favorecendo a participação de alunos que, em contextos mais expositivos, tendem a se manter em silêncio. Essa escolha metodológica resultou em um envolvimento mais amplo da turma e possibilitou aos pibidianos observar padrões de resposta e percepção coletiva, fundamentais para a condução das discussões posteriores. A metodologia adotada decorreu de uma reflexão crítica sobre práticas docentes tradicionais que o grupo optou por não reproduzir, considerando as especificidades da turma e a complexidade do debate proposto em torno da Consciência Negra.

Essa metodologia emergiu de uma reflexão crítica sobre a prática docente que o grupo não desejava reproduzir, considerando as necessidades específicas da turma para o desenvolvimento da temática da Consciência Negra. O resultado foi uma participação mais ativa e engajada dos estudantes, superando as expectativas iniciais. Embora os pibidianos da área de História tenham conduzido grande parte das discussões, os integrantes das áreas de Matemática e Letras contribuíram significativamente, oferecendo diferentes perspectivas de interpretação, o que evidenciou a relevância da interdisciplinaridade na construção de uma prática pedagógica mais significativa e reflexiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas primeiras aulas observadas, a turma apresentou um comportamento predominantemente silencioso, com baixa participação, mesmo quando estimulada pelos professores, demonstrando, em alguns momentos, desinteresse pelas propostas pedagógicas apresentadas. Tal comportamento foi compreendido a partir do contexto em que a turma está inserida, considerando o turno noturno, a proximidade do fim do ano letivo e as múltiplas jornadas vivenciadas pelos estudantes.

Contudo, ao aplicarmos a aula sobre o Dia da Consciência Negra, percebeu-se uma mudança significativa na postura da turma. A partir do tema proposto, os estudantes demonstraram interesse, disposição para o diálogo e participação ativa, contribuindo com reflexões maduras sobre raça, identidade e desigualdade. Uma das atividades desenvolvidas propôs que os alunos imaginassem a aparência de diferentes profissionais em seus locais de trabalho, o que trouxe à tona a presença de estereótipos raciais profundamente enraizados, evidenciando a lógica social brasileira que associa determinadas profissões a grupos raciais



específicos. Outra atividade, centrada em uma dinâmica sobre colorismo, mostrou-se especialmente significativa, pois possibilitou aos estudantes reconhecer estereótipos raciais naturalizados em suas percepções cotidianas. Esse momento favoreceu não apenas a expressão de ideias, mas também a escuta e a revisão de concepções, contribuindo para a formação cidadã e ética dos alunos. Nesse sentido, a proposta dialoga com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao contemplar princípios como o respeito à diversidade, o desenvolvimento do pensamento crítico e a valorização das diferenças.

Os resultados obtidos indicam que propostas pedagógicas que dialogam com a realidade social dos estudantes e abordam temas socialmente relevantes tendem a gerar maior engajamento e participação. Essa compreensão dialoga com Nilma Lino Gomes (2017), ao afirmar que o reconhecimento das identidades e das experiências sociais dos sujeitos constitui condição fundamental para uma educação democrática e antirracista. No que se refere à estereotipização racial, a atividade evidenciou, conforme aponta Munanga (2003), que os padrões raciais são socialmente construídos e naturalizados, sendo reproduzidos desde cedo nos diferentes espaços de socialização, incluindo a escola. Nesse sentido, a experiência reforça a importância de práticas educativas que ultrapassem abordagens meramente conteudistas e provoquem o pensamento crítico no espaço escolar.

Cabe ressaltar que os resultados apresentados referem-se a uma intervenção pontual, desenvolvida em um contexto específico, o que não permite generalizações. No entanto, a experiência evidencia o potencial de práticas pedagógicas críticas e contextualizadas, especialmente no ensino noturno, cujas especificidades demandam abordagens sensíveis às trajetórias de vida dos estudantes. Aliás, a atividade contribuiu significativamente para a formação dos licenciandos envolvidos, ao possibilitar a reflexão sobre a prática docente e o papel do professor na mediação de debates socialmente relevantes no espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência apresentada neste artigo evidenciou que a abordagem da temática da Consciência Negra no contexto escolar, quando desenvolvida de forma crítica, dialógica e contextualizada, contribui significativamente para a construção de práticas pedagógicas que ultrapassem o caráter meramente comemorativo da data de 20 de novembro. A intervenção realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)



demonstrou que metodologias participativas e sensíveis à realidade dos estudantes favorecem o engajamento, a reflexão crítica e a problematização de questões sociais historicamente silenciadas no espaço escolar.

Os resultados observados durante a aplicação da aula indicam que o baixo engajamento inicial da turma não estava relacionado à falta de interesse pela aprendizagem, mas às metodologias adotadas e à ausência de propostas que dialogassem com as vivências dos estudantes. A atividade desenvolvida no PIBID demonstrou-se eficaz na promoção de uma aprendizagem significativa, nos moldes da perspectiva ausubeliana, que compreende o aprendizado como a integração de novos conhecimentos aos saberes já existentes na estrutura cognitiva do estudante (AUSUBEL, 2003). Ao abordar temas como racismo, estereótipos raciais, identidade e colorismo, a proposta possibilitou o reconhecimento e a problematização de concepções naturalizadas, contribuindo para a formação cidadã e ética dos alunos, em consonância com os princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No que se refere à formação inicial docente, a experiência reforça a importância do PIBID como política pública que promove a articulação entre teoria e prática, possibilitando aos licenciandos uma compreensão concreta dos desafios e das potencialidades da docência na escola pública. A atuação interdisciplinar do grupo, composto por estudantes das áreas de Letras, Matemática e História, mostrou-se fundamental para a construção de uma proposta pedagógica plural e significativa. Para a área de Letras, em especial, a experiência contribuiu para a reflexão acerca do papel da linguagem na construção de sentidos, discursos e identidades, especialmente no que tange às relações étnico-raciais.

Por fim, considera-se que o trabalho desenvolvido aponta para a necessidade de continuidade e aprofundamento de pesquisas e práticas pedagógicas voltadas à educação antirracista, sobretudo no ensino noturno, cujas especificidades demandam abordagens críticas e contextualizadas. A experiência relatada reafirma o potencial da escola como espaço de reflexão e transformação social, desde que comprometida com práticas educativas interdisciplinares, críticas e socialmente engajadas.



REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores**. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e77098, 2021. DOI: 10.1590/0104-4060.77098.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

OLIVEIRA, Nathália Pereira de; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. **Escrevivências: possibilidades para uma educação antirracista**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 28, e280101, 2023. DOI: 10.1590/s1413-24782023280101.